



onjornal.com

CNPJ 28.321.315/0001-50

4

Justiça

**Moraes liberta
mais 130
pessoas presas
por atos
golpistas de
janeiro**

7

Curiosidades

**'Chuva de
Vermes' na
China:
possíveis
explicações
para o
fenômeno**



f /onjornal

ig @onjornal

tw @_onjornal

MANAUS-AM, TERÇA-FEIRA, 14 DE MARÇO DE 2023 * ANO 5 * Nº 1644

3

Política

Prefeitura e governo do Estado buscam ajuda federal após deslizamentos em Manaus



Senado vota nesta terça-feira (14/04) PL que reserva dinheiro para atender calamidades

O Senado brasileiro deve votar nesta terça-feira (14) o Projeto de Lei que destina 25% da reserva de contingência do Orçamento para o atendimento de pessoas atingidas por calamidades. A autoria do PL complementar (PLP 257/2019) é da senadora Leila Barros (PDT-DF).

A proposta amplia a aplicação da reserva de contingência para garantir ações de saúde e assistência social às pessoas afetadas por desastres, enquanto persistirem os efeitos econômicos da situação de calamidade. As intensas chuvas que têm ocorrido no Brasil nos últimos meses têm



causado deslizamentos de terras, alagamentos e desmoronamentos em várias partes do país.

A reserva de contingência está prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 2000) e deve ser aplicada

no atendimento de "eventos fiscais imprevistos". A proposta de Leila Barros amplia o alcance da reserva para garantir assistência às pessoas atingidas por desastres e autoriza a transferência de recursos para estados e municípios por

meio do Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap).

Além disso, o projeto também altera a Lei 12.340, de 2010, que regula o Funcap, permitindo o uso do fundo para o atendimento direto de pessoas atingidas por desastres. O texto também estabelece que as empresas de radiodifusão, incluindo rádios comunitárias, devem veicular gratuitamente alertas de desastres e informações para orientar a população. Se aprovada, a medida pode ajudar a minimizar os impactos das calamidades em todo o país.

Câmara debate obrigatoriedade de exames psicológicos a futuros profissionais da saúde

A Câmara dos Deputados está analisando o Projeto de Lei 551/23 que tem como objetivo tornar obrigatória a realização de avaliação psicológica de estudantes de Medicina, Enfermagem e Psicologia antes da conclusão do curso. A proposta também prevê que as faculdades desses cursos ofereçam disciplinas sobre Bioética, Humanização do Atendimento em saúde e Saúde Mental no Âmbito Acadêmico e Profissional.

O autor do projeto, deputado Julio Cesar Ribeiro (Republicanos-DF), justifica a medida como forma de evitar que pessoas com comportamentos inaceitáveis e até patológicos possam atuar como profissionais na área da saúde. O parlamentar destaca que já houve casos de indivíduos que transformaram suas práticas em

comportamentos bizarros e ultrajantes.

A necessidade de medidas como essa é reforçada por recentes denúncias de abuso sexual em hospitais. Segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP), mais de 100 denúncias foram feitas por conta desses casos. Um exemplo é o do médico anestesista Giovanni Quintella Bezerra, preso por estuprar uma paciente durante o parto no Hospital Estadual da Mulher, em São João do Meriti.

De acordo com a proposta, profissionais de saúde de nível técnico e superior que já atuam no mercado deverão ser submetidos a avaliação psicológica pelos respectivos empregadores. O PL seguirá agora para análise das comissões permanentes da Câmara dos Deputados.

Ministro Flávio Dino afirma que governo pretende regulamentar redes sociais

O Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, informou que a pasta está preparando uma proposta de projeto de lei para regulamentar as redes sociais em conjunto com a Secretaria de Comunicação (Secom). De acordo com ele, o texto já tem as linhas gerais definidas e conta com unidade na equipe de governo. Segundo Dino, a ideia é aproveitar o conteúdo de um projeto de lei que já tramita na Câmara, sob a relatoria do deputado Orlando Silva, para qualificar e modernizar a legislação, garantindo proteção às liberdades e responsabilidade das empresas em relação aos conteúdos das plataformas. O projeto em discussão já passou pelo Senado, mas deve sofrer mudanças na Câmara, o que implica em um retorno para avaliação dos senadores. Mesmo assim, o ministro espera que a lei seja aprovada ainda neste ano.

Além do projeto de lei em tramitação no Congresso, há duas ações diretas de incons-

titucionalidade em discussão no STF, com uma audiência pública marcada para o dia 28 de março. Dino afirmou que os dois caminhos se complementam e que o objetivo é ter novos marcos jurídicos para a internet no Brasil ainda em 2023, seja por deliberação do Congresso, seja por deliberação do Supremo.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) também está preparando um relatório para ser encaminhado ao Congresso. O presidente do TSE, Alexandre de Moraes, disse que a intenção é acrescentar sugestões ao projeto de lei em tramitação na Câmara e que tem conversado com representantes das redes sociais para concluir o trabalho.



Prefeitura e governo do Estado buscam ajuda federal após deslizamentos em Manaus

O governador do Amazonas, Wilson Lima, e o prefeito de Manaus, David Almeida, estão buscando apoio do governo Federal após os deslizamentos ocorridos em Manaus neste domingo (13/03). Wilson Lima entrou em contato com o ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, para houvesse um encontro com David Almeida para discutir sobre a tragédia.

Lima determinou que o Corpo de Bombeiros e Defesa Civil agissem imediatamente após tomar conhecimento da tragédia. Ele destacou que a assistência social e a polícia militar também estão dando apoio para ajudar



a prefeitura a lidar com a situação. O ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, entrou em contato com Lima, Almeida e Omar Aziz, senador do PSD, para decretar estado de emergência na capital.

Góes também informou que está trabalhando para obter recursos após a publicação do decreto municipal e enviar equipes da Defesa Civil Nacional para ajudar no processo.

A Defesa Nacional também se manifestou,

afirmando que está mobilizando equipes para prestar todo o apoio necessário.

A cidade está em estado de alerta e as autoridades estão empenhadas em ajudar as famílias afetadas pela tragédia.

Governo do Amazonas leva iluminação de LED para Silves e Itapiranga

Nesta terça-feira (14/03), a Unidade Gestora de Projetos Especiais (UGPE) do Governo do Estado dará início à implantação do programa Ilumina+ Amazonas nas cidades de Itapiranga e Silves, localizadas a 227 e 204 quilômetros de Manaus, respectivamente. O programa consiste na substituição das lâmpadas convencionais, a vapor de mercúrio e metálico, de sódio e mistas, usadas na iluminação pública, por LED, que ilumina mais com menor consumo de energia.

Itapiranga terá 1.232 pontos iluminados com LED na zona urbana, enquanto Silves contará com 889, dos quais 149 serão instalados em cinco comunidades rurais. Segundo o coordenador executivo da UGPE, Marcellus Campêlo, já são 31 municípios beneficiados com LED no Amazonas e 39 comunidades rurais. O pro-

grama, lançado em maio do ano passado, vai alcançar a marca de quase 57 mil luminárias de LED instaladas.

A substituição traz inúmeros benefícios, tanto para a população, quanto para as prefeituras, como a economia de energia e a redução de custos com manutenção. Além disso, o LED tem maior durabilidade e não emite raios ultravioletas ou metais pesados, como o mercúrio, o que contribui para a eficiência energética e para a preservação do meio ambiente. O material para a realização do serviço nos dois municípios saiu de Manaus nesta segunda-feira (13/03), com início dos trabalhos previsto para amanhã. Marcellus Campêlo destacou que o programa escolheu Silves e Itapiranga para anunciar a continuidade do programa e que em dez dias os municípios estarão totalmente iluminados.

Diretrizes para cooperativismo da agricultura familiar são debatidas na Aleam

O deputado Cristiano D'Angelo, do MDB, propôs o Projeto de Lei nº189/2023 para estabelecer diretrizes que visam fortalecer o cooperativismo da agricultura familiar no estado do Amazonas. A ideia é promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão social para as famílias rurais por meio de incentivos à participação em feiras e eventos locais, regionais e nacionais.

O objetivo é ampliar a visibilidade e acesso a novos mercados para os produtores. As cooperativas da agricultura familiar têm como objetivo fortalecer a capacidade de negociação e comercialização dos produtores e promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades locais. O PL também prevê orientações para capacitação e treinamento de gestores de cooperativas e cooperados,

visando o aprimoramento da gestão, produção e a ampliação da capacidade de negociação e comercialização. Após a pandemia, a ampliação do papel da agricultura familiar e suas cooperativas são fundamentais para a retomada do desenvolvimento sustentável, principalmente em um cenário de queda do PIB, aumento da taxa de desemprego e da fome.

O deputado destacou que é importante promover políticas públicas que garantam o acesso aos ativos e serviços rurais, além de recursos de capital de giro e investimentos em logística e agroindústria. O deputado argumenta que é preciso trabalhar junto a outras organizações da sociedade civil e do poder público para garantir a representatividade e o acesso a recursos.

Moraes liberta mais 130 pessoas presas por atos golpistas de janeiro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu libertar mais 130 presos por causa dos atos golpistas de 8 de janeiro, quando a sede dos Três Poderes foram invadidas e depredadas.

Desta vez, todos os libertados são homens. Isso porque Moraes já concluiu, na semana passada, a análise de todos os pedidos de liberdade provisória feitos por mulheres. Em todos os casos, as solturas tiveram parecer favorável da Procuradoria-Geral da República (PGR).



Segundo dados do Supremo, foram libertadas até o momento 1.014 pessoas, das quais 407 são mulheres. Outros 392 indivíduos

permanecem presos, sendo 82 mulheres.

No caso das que foram soltas, Moraes aplicou o entendimento de que elas

tiveram condutas menos graves e não representam ameaça ao curso da investigação, podendo responder à denúncia em liberdade.

A maioria das pessoas soltas já foram denunciadas PGR. Ao todo, até o momento, o órgão acusador denunciou 919 indivíduos por incitação ao crime e associação criminosa. Outras 219 pessoas vão responder por condutas mais graves, entre elas dano qualificado, abolição violenta do estado de direito e golpe de Estado.

Aumenta participação feminina em órgãos de segurança pública

A participação de mulheres em órgãos de segurança pública aumentou nos últimos anos em todo o país. Em um comparativo entre os anos 2000 e 2021, houve aumento do público feminino de 5,88% nas polícias militares, 12,44% nos corpos de bombeiros militares, 4,35% nas polícias civis e 9,79% nos órgãos oficiais de perícia, segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senasp).

Ainda de acordo com a secretaria, os estados em que mais aumentou o efetivo feminino foram Espírito Santo, Acre, Roraima, Amapá e Rio Grande do Norte. Nos cargos de comando, entre os anos 2020 e 2021, cresceu 9,19% a participação de mulheres nas polícias militares, corpos de bombeiros militares e polícias civis.

A Pesquisa Perfil das

Instituições de Segurança Pública, ano-base 2004 a 2021, mostra ainda aumento no número de delegacias de Polícia Civil especializadas no atendimento a ocorrências envolvendo mulheres em todo o Brasil. Em 2004, eram 177 unidades; em 2020, 464 e, em 2021, 501, divididas em 231 unidades na Região Sudeste; 107 no Nordeste; 76 no Sul; 50 no Centro-Oeste e 37 no Norte, informou o diretor de Gestão e Integração de Informações da Senasp, Felipe Sampaio.

Segundo o Ministério da Justiça, em termos de violência contra mulheres, dados nacionais de segurança pública de 2021 e de 2022 enviados pelos gestores estaduais de estatística apontam redução em três tipos de crime: homicídio doloso, roubo seguido de morte (latrocínio) e lesão corporal seguida de morte.

Concurso público de Coari-AM é suspenso por indícios de irregularidade

Em medida cautelar publicada no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Amazonas (Doe/TCE-AM), o conselheiro Fabian Barbosa suspendeu o concurso público para professores e pedagogos da Prefeitura Municipal de Coari por suspeitas de irregularidades no certame que previa a contratação de 334 profissionais.

A decisão ocorreu após o prefeito de Coari, Keyton Pinheiro, ser notificado das irregularidades, porém, não ter corrigido ou respondido à Corte de Contas acerca dos problemas encontrados no concurso público.

Conforme a decisão do relator, o laudo do órgão técnico da Corte de Contas apontou ao menos seis irregularidades no concurso público realizado pela Prefeitura da Coari. Foi indicado no documento que o certame não concedeu

isenção da inscrição para candidatos prestados da Justiça Eleitoral; não estabeleceu o percentual mínimo de 90% de servidores efetivos para os cargos da educação básica, e não estipulou requisitos mínimos e remuneração dos cargos para professores indígenas.

Além dessas irregularidades, a organização do concurso não reservou o quantitativo necessário de vagas para Pessoas com Deficiência, onde foi constatada a falta de 17 vagas que deveriam ser destinadas para PCDs.

Na decisão do conselheiro Fabian Barbosa, o concurso público do município de Coari ficará suspenso no estado em que se encontra.

O prefeito de Coari tem o prazo de 15 dias para apresentar justificativas acerca dos fatos narrados no laudo técnico.

Trump mira em DeSantis ao abordar educação na corrida eleitoral de 2024

O ex-presidente norte-americano Donald Trump está tentando outra candidatura à Casa Branca em 2024 e fez comentários sobre política educacional em um evento de campanha no importante Estado de Iowa nesta segunda-feira (13). O que se espera que Trump apresente parece ter sido copiado do manual conservador de DeSantis, incluindo proibições de ensinar a chamada teoria racial e "ideologia de gênero", ao mesmo tempo em que dá aos pais uma voz maior em escolas locais, adotando uma "declaração de direitos dos pais".

A pandemia de coronavírus deu origem a uma série de questões polêmicas em



torno da educação que mobilizaram a base republicana nos anos desde que Trump deixou a Casa Branca. Governadores conservadores, como DeSantis e Glenn Youngkin, da Virgínia, se concentraram no que consideravam esforços excessi-

vamente progressistas nas escolas públicas, incluindo ensino da história do racismo nos Estados Unidos e os conceitos de fluidez de gênero.

O foco nas lutas culturais na educação continuou enquanto os republicanos se

preparam para batalhas primárias que virão. DeSantis esteve em Iowa na sexta-feira, falando em dois eventos políticos que parecem preparar terreno para uma candidatura presidencial. Sua agenda educacional na Flórida foi um tema recorrente em seus comentários, e DeSantis creditou a isso o fato de ter conquistado a reeleição de forma convincente no ano passado.

Será interessante ver como os comentários de Trump sobre educação se relacionam com outras questões que dominam a política nacional, como a pandemia, economia e relações internacionais. Possíveis explicações para o fenômeno.

Inscrições do concurso da Educação vão até quinta-feira (16)



As inscrições para o Concurso da Secretaria da Educação do Estado (Seduc) seguem até a próxima quinta-feira, dia 16 de março. São 5.164 vagas para a Educação Básica e Educação Indígena. Taxa é de R\$ 150 e pode ser paga até o dia 17 de março, um dia depois do prazo de inscrição. As inscrições para a Educação Indígena são gratuitas.

Os cargos são de professor regente, coordenador pedagógico e orientador educacional. O salário ini-

cial é de R\$ 4.826,20.

As provas devem ser realizadas no dia 11 de junho nas cidades de Araguaína, Araguatins, Arraias, Gurupi, Miracema do Tocantins, Palmas e Paraíso do Tocantins. As vagas são para todo o estado.

A maior quantidade de oportunidades são para quem dá aulas de português e matemática. Mas também tem vagas de outras disciplinas como história, geografia, ciências biológicas, artes, educação física, entre outras.

Especialistas pedem revogação do novo ensino médio

Entidades e pesquisadores da área da educação afirmam a necessidade de revogação da lei de 2017 que estabeleceu o novo ensino médio e sugerem a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio publicadas em 2012. Na última semana, o Ministério da Educação (MEC) abriu consulta pública para avaliação e reestruturação da política nacional de ensino médio, mas, para os especialistas, antes do diálogo, é urgente a revogação da medida.

Para o professor e pesquisador da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), Daniel Cara, a abertura de diálogo é sempre positiva, mas a consulta do MEC não deixa a agenda completamente aberta para discussão.

A consulta tem prazo de

90 dias para as manifestações, com possibilidade de prorrogação. Ela será implementada por meio de audiências públicas, oficinas de trabalho, seminários e pesquisas nacionais com estudantes, professores e gestores escolares sobre a experiência de implementação do novo ensino médio nos 26 estados e Distrito Federal.

Para a professora e coordenadora do Observatório do Ensino Médio da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Mônica Ribeiro da Silva, a estratégia da consulta pública, pelo prazo apresentado, pode desmobilizar o debate nacional que já está em andamento. Ela sinaliza que não há a disposição do governo para uma mudança mais estrutural, de revogação, mas sim de fazer ajustes naquilo que já existe na reforma do ensino médio.

Reconhecimento: RedeTrilhas recebe honraria internacional Advancing Trails Awards

Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso e Conectividade (RedeTrilhas) foi reconhecida internacionalmente com o Prêmio Advancing Trails Awards. A honraria reconhece a contribuição extraordinária de voluntários, profissionais, governos e outras lideranças para a criação de um sistema eficiente de trilhas ao redor do mundo.

Ofertado pela coalizão norte-americana American Trails, maior organização de trilhas do planeta, que reúne instituições gestoras de trilhas e de áreas protegidas, o prêmio busca promover o desenvolvimento, a implementação, a preservação, a capacitação e a divulgação de percursos ecológicos.



Para a ministra do Turismo, Daniela Carneiro, o prêmio é resultado do trabalho e o esforço coletivo de servidores públicos, voluntários e trabalhadores da iniciativa privada e tem potencial para impulsionar o turismo brasileiro.

Pedro Menezes, um dos diretores da Associação Rede Brasileira de Trilhas, destacou a importância da premiação para ampliar o trabalho.

“Trata-se de um prêmio de valor simbólico inestimável e do maior reco-

nhecimento recebido até hoje pela Rede Brasileira de Trilhas, iniciativa desenhada de baixo para cima por membros voluntários da sociedade civil e que hoje é uma robusta política pública nacional, sob a coordenação do Ministério do Turismo, Ministério do Meio Ambiente e ICM-Bio”, ressaltou.

O prêmio deverá ser entregue a representantes da Associação Rede Brasileira de Trilhas e do governo brasileiro durante a edição de 2023 do International Trails Summit, maior e mais prestigiado congresso de trilhas do mundo, que será realizado em Reno, no estado de Nevada (EUA), entre os dias 17 e 20 de abril deste ano.

Amazonastur realiza o primeiro “Turismo em Movimento 2023” no município de Barcelos

Nessa segunda-feira (13/3), a primeira edição do “Turismo em Movimento”, deste ano, desembarcou em Barcelos (a 399 quilômetros de Manaus). O Governo do Amazonas, por meio da Empresa Estadual de Turismo (Amazonastur), leva para o município um mutirão de serviços como a formalização empresarial, gestão, financiamento, licenciamentos, reuniões técnicas, entre outros. Barcelos é o destino oficial da pesca esportiva e a Amazonastur busca promover o crescimento empresarial turístico na região. Dentre as atividades que serão desenvolvidas nos cinco dias do “Turismo em Movimento” está também a regularização no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), do Ministério do Turismo.

Além da Prefeitura de Barcelos, integram o “Turismo em Movimento” órgãos como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), Agência de Fomento do Estado do Amazonas (Afeam), Política Turística do Amazonas (Politur), Banco da Amazônia (Basa), Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Programação

A primeira atividade da programação é a sessão de negócios, que oferta atendimentos nessa segunda (13/03), de 9h às 12h e das 14h às 17h, na sede do município. Na ocasião, serão realizadas a negociação de potencialidades, parcerias de mercado e comerciais.

Patrimônio Natural da Humanidade: Lençóis Maranhenses concorrem a título da Unesco

A confirmação de que o parque cumpriu as exigências técnicas e teve a candidatura aprovada foi feita pelo governador do Maranhão, Carlos Brandão (PSB), no fim de semana.

Uma comissão da Unesco virá ao Brasil fazer uma avaliação presencial do parque, mas segundo a assessoria do governo maranhense ainda sem data para acontecer. O governador do estado está confiante e escreveu nas redes sociais que não tem dúvida de que os avaliadores “sairão daqui encantados com esse paraíso natural, orgulho de todos os maranhenses”. O Parque Nacional dos Lençóis fica a cerca de 250 quilômetros (km) da capital São Luís e foi criado há mais de 40 anos. Ele é o maior campo de dunas da América do Sul, com uma área de 155 mil hectares, sendo famoso pelas lagoas cristalinas que se formam entre as dunas bran-

cas, no período de chuvas. Atualmente, a gestão é feita pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, o Parque atende a pelo menos a três critérios exigidos pela Unesco para se tornar patrimônio natural mundial: a beleza natural, os geológicos significativos e os habitats para a conservação da biodiversidade, incluindo espécies ameaçadas.

O Brasil já possui sete sítios declarados Patrimônio Natural Mundial: o Parque Nacional de Iguaçu, em Foz do Iguaçu, na divisa entre Paraná e Argentina; as reservas de Mata Atlântica, em São Paulo e Paraná; a Costa do Descobrimento, na Bahia e Espírito Santo; as áreas Protegidas da Amazônia Central e do Pantanal; a Chapada dos Veadeiros e o Parque Nacional das Emas, em Goiás.

O legado sombrio da caça às bruxas na Europa medieval: lições importantes para o presente

Durante a Idade Média, a Europa foi abalada pela caça às bruxas, uma perseguição que visava encontrar e punir aqueles que eram acusados de praticar magia e bruxaria. Centenas de milhares de pessoas, a maioria mulheres, foram acusadas de bruxaria e perseguidas em toda a Europa.

A caça às bruxas deixou um legado sombrio na história, lembrando-nos da crueldade humana e da intolerância religiosa. As acusações de bruxaria muitas vezes eram baseadas em rumores e superstições. As mulheres eram frequentemente alvos da perseguição, acusadas de praticar a magia negra e conspirar com o diabo. Elas eram frequentemente torturadas e forçadas a confessar crimes que não tinham cometido. Muitas vezes, essas confissões eram obtidas sob tortura e coerção, tornando difícil determinar a verdade.

A caça às bruxas foi incentivada pelas autoridades religiosas e governamentais da época, que acreditavam que as bruxas eram responsáveis por todos os tipos de males, desde as colheitas ruins até as doenças. A perseguição foi particularmente intensa na Alemanha e na Escandinávia, onde ocorreram muitos julgamentos e execuções de bruxas. Hoje em dia, a caça às bruxas é vista como um dos capítulos mais sombrios da história europeia. A perseguição levou à morte de milhares de pessoas, e muitas comunidades foram destruídas pela paranoia e medo. No entanto, o legado da caça às bruxas ainda é sentido em algumas partes do mundo, onde a superstição e a crença em magia e bruxaria persistem até hoje. É importante lembrar as lições sombrias da história, a fim de evitar que tais perseguições aconteçam novamente no futuro.

'CHUVA DE VERMES' na China: possíveis explicações para o fenômeno

A misteriosa chuva na China, que deixou muita gente enojada após a visualização dos vídeos, pode não ter nenhum verme envolvido. Especialistas acreditam que as "minhocas" ou "lagartas" vistas nas imagens são, na verdade, flores de choupo, uma planta muito comum no país asiático.

Dispostas em pequenos cachos alongados, as flores podem se parecer com lagartas em sua variação na cor mais escura, devido ao formato, especialmente quando vistas de longe. Elas costumam cair das árvores em épocas chuvosas — Pequim teve chuvas fortes nos últimos dias — e ficam ainda mais semelhantes aos animais quando encharcadas.



Embora as chuvas de minhocas, rãs, aranhas e outros animais não sejam tão incomuns quanto possa parecer, é mais provável que o fenômeno na capital chinesa tenha relação com as flores da árvore chamada álamo. Eventos como este também acontecem em outros lugares, como na região da Penín-

sula Ibérica.

Outra teoria surgida para explicar os vermes caindo em casas e carros na China é a de que eles teriam sido sugados por um tornado e, quando o vento perdeu força, caíram de volta ao solo, em meio à cidade. Veio daí o aspecto apocalíptico do fenômeno.

Há 24 anos, robô da IBM vence o campeão mundial de xadrez

No dia 11 de maio de 1997, um evento histórico ocorreu no mundo do xadrez. O campeão mundial de xadrez, Garry Kasparov, enfrentou um adversário incomum: o computador Deep Blue, criado pela IBM. O mundo assistiu ansiosamente enquanto Kasparov tentava manter seu título mundial contra um oponente que não era humano.

O confronto durou seis jogos, e o robô acabou vencendo a partida final. Foi a primeira vez que uma máquina havia derrotado um campeão mundial de xadrez. A vitória do Deep Blue foi um marco na história da inteligência artificial e abriu caminho para uma nova era de robótica e computação. Embora a vitória do robô tenha sido um grande avanço tecnológico, ela também levantou algumas preocupações sobre o papel da in-



teligência artificial no futuro. Kasparov expressou preocupações sobre o uso da IA para substituir humanos em outras áreas, além dos jogos de tabuleiro. Ele argumentou que as máquinas não são capazes de substituir completamente a criatividade e a intuição humanas. Apesar das preocupações, a vitória do Deep Blue abriu portas para avanços sig-

nificativos na inteligência artificial. Hoje em dia, a IA é amplamente utilizada em áreas como diagnósticos médicos, carros autônomos e reconhecimento de voz. O confronto entre Kasparov e o Deep Blue é lembrado como um marco na história da tecnologia e continua a influenciar o desenvolvimento da inteligência artificial hoje em dia.



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Juruá
Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2022 - CPL/PMJ

O PREFEITO MUNICIPAL DE JURUÁ, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a realização do TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2022 - CPL/PMJ, que visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO NA COMUNIDADE SÃO JOÃO DO MENERUÁ NO MUNICÍPIO DE JURUÁ/AM.

CONSIDERANDO a deliberação da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juruá na TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2022 - CPL/PMJ;

CONSIDERANDO a inexistência de recurso pendente de julgamento;

RESOLVE:

I – ADJUDICAR em favor das empresas: SEVEN EMPREENDIMENTOS LTDA – CNPJ Nº 04.419.051/0001-03, no valor global de R\$ 1.132.130,61 (um milhão cento e trinta e dois mil cento e trinta reais e sessenta e um centavos).

II – HOMOLOGAR a decisão final da CPL, referente ao TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2022 - CPL/PMJ.

III – PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ,
em 12 de dezembro de 2022.

JOSÉ MARIA RODRIGUES DA ROCHA JUNIOR
Prefeito Municipal de Juruá / Contratante



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Juruá
Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2022 - CPL/PMJ

O PREFEITO MUNICIPAL DE JURUÁ, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a realização do TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2022 - CPL/PMJ, que visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE ESCOLA COM DUAS SALAS NA COMUNIDADE CUMARÚ – RIO ANDIRÁ NO MUNICÍPIO DE JURUÁ/AM.

CONSIDERANDO a deliberação da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juruá na TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2022 - CPL/PMJ;

CONSIDERANDO a inexistência de recurso pendente de julgamento;

RESOLVE:

I – ADJUDICAR em favor das empresas: SEVEN EMPREENDIMENTOS LTDA – CNPJ Nº 04.419.051/0001-03, no valor global de R\$ 527.535,99 (quinhentos e vinte e sete mil quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e nove centavos).

II – HOMOLOGAR a decisão final da CPL, referente ao TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2022 - CPL/PMJ.

III – PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ,
em 12 de dezembro de 2022.

JOSÉ MARIA RODRIGUES DA ROCHA JUNIOR
Prefeito Municipal de Juruá / Contratante



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Juruá
Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO DO CONTRATO 012/2022

MODALIDADE: Tomada de Preços nº 011/2022

DATA DA ASSINATURA: 12 de dezembro de 2022

PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ e a EMPRESA: SEVEN EMPREENDIMENTOS LTDA – CNPJ Nº 04.419.051/0001-03.

VALOR CONTRATADO: R\$ 1.132.130,61 (um milhão cento e trinta e dois mil cento e trinta reais e sessenta e um centavos);

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO NA COMUNIDADE SÃO JOÃO DO MENERUÁ NO MUNICÍPIO DE JURUÁ/AM

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto atividade: 15.452.0091.1.011 – Realização de Obras de Infraestrutura no Município, 33.90.39 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ,
em 12 de dezembro de 2022.

JOSÉ MARIA RODRIGUES DA ROCHA JUNIOR
Prefeito Municipal de Juruá/ Contratante



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Juruá
Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO DO CONTRATO 013/2022

MODALIDADE: Tomada de Preços nº 012/2022

DATA DA ASSINATURA: 12 de dezembro de 2022

PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ e a EMPRESA: SEVEN EMPREENDIMENTOS LTDA – CNPJ Nº 04.419.051/0001-03.

VALOR CONTRATADO: R\$ 527.535,99 (quinhentos e vinte e sete mil quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e nove centavos);

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE ESCOLA COM DUAS SALAS NA COMUNIDADE CUMARÚ – RIO ANDIRÁ NO MUNICÍPIO DE JURUÁ/AM

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto atividade: 15.452.0091.1.011 – Realização de Obras de Infraestrutura no Município, 33.90.39 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ,
em 12 de dezembro de 2022.

JOSÉ MARIA RODRIGUES DA ROCHA JUNIOR
Prefeito Municipal de Juruá/ Contratante



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Canutama
Gabinete do Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS - Nº 001/2023 - CML/PMC

O Município de Canutama-AM, por intermédio da CML, torna público para conhecimentos dos interessados que realizará processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023- CML/PMC, tipo menor preço global. Objeto: REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO ANANIAS, NO MUNICÍPIO DE CANUTAMA/AM, localizada na sede do Município de Canutama-Am, conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronogramas físicos financeiros constantes do Anexo I do edital, com fornecimento de toda a mão-de-obra, material, equipamentos, maquinários e ferramentas necessárias para a execução. Data e Horário: 29/03/2023, às 9:00hs. O Edital está disponibilizado na sede da Prefeitura, na sala da CML, Rua Floriano Peixoto, nº 500 Centro - CEP 69.820-000, (licitaoescanutama@gmail.com) das 8:30 as 12:00 e das 14:00 as 17:00 horas.

Canutama-AM, em 09 de março de 2023.
AFRANIO CARVALHO E SILVA
Presidente da CML



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Juruá
Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO DO CONTRATO 014/2022

MODALIDADE: Tomada de Preços nº 013/2022
DATA DA ASSINATURA: 12 de dezembro de 2022
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.
PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ e a EMPRESA: SEVEN EMPREENDIMENTOS LTDA – CNPJ Nº 04.419.051/0001-03.
VALOR CONTRATADO: R\$ 527.535,99 (quinhentos e vinte e sete mil quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e nove centavos);
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE ESCOLA COM DUAS SALAS NA COMUNIDADE DO SOCÓ NO MUNICÍPIO DE JURUÁ/AM
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto atividade: 15.452.0091.1.011 – Realização de Obras de Infraestrutura no Município, 33.90.39 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ, em 12 de dezembro de 2022.
JOSÉ MARIA RODRIGUES DA ROCHA JUNIOR
Prefeito Municipal de Juruá/ Contratante



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Juruá
Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2022 - CPL/PMJ

O PREFEITO MUNICIPAL DE JURUÁ, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO a realização do TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2022 - CPL/PMJ, que visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO NA COMUNIDADE TAMANICUA NO MUNICÍPIO DE JURUÁ/AM.

CONSIDERANDO a deliberação da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juruá na TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2022 - CPL/PMJ;

CONSIDERANDO a inexistência de recurso pendente de julgamento;

RESOLVE:

I – ADJUDICAR em favor das empresas: SEVEN EMPREENDIMENTOS LTDA – CNPJ Nº 04.419.051/0001-03, no valor global de R\$ 1.132.130,61 (um milhão cento e trinta e dois mil cento e trinta reais e sessenta e um centavos).

II – HOMOLOGAR a decisão final da CPL, referente ao TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2022 - CPL/PMJ.

III – PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ, em 26 de dezembro de 2022.
JOSÉ MARIA RODRIGUES DA ROCHA JUNIOR
Prefeito Municipal de Juruá / Contratante



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Juruá
Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO DO CONTRATO 016/2022

MODALIDADE: Tomada de Preços nº 015/2022
DATA DA ASSINATURA: 26 de dezembro de 2022
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.
PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ e a EMPRESA: SEVEN EMPREENDIMENTOS LTDA – CNPJ Nº 04.419.051/0001-03.
VALOR CONTRATADO: R\$ 1.132.130,61 (um milhão cento e trinta e dois mil cento e trinta reais e sessenta e um centavos);
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO NA COMUNIDADE TAMANICUA NO MUNICÍPIO DE JURUÁ/AM
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto atividade: 15.452.0091.1.011 – Realização de Obras de Infraestrutura no Município, 33.90.39 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ, em 26 de dezembro de 2022.
JOSÉ MARIA RODRIGUES DA ROCHA JUNIOR
Prefeito Municipal de Juruá/ Contratante



ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Juruá
Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2022 - CPL/PMJ

O PREFEITO MUNICIPAL DE JURUÁ, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO a realização do TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2022 - CPL/PMJ, que visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE ESCOLA COM DUAS SALAS NA COMUNIDADE DO SOCÓ NO MUNICÍPIO DE JURUÁ/AM.

CONSIDERANDO a deliberação da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juruá na TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2022 - CPL/PMJ;

CONSIDERANDO a inexistência de recurso pendente de julgamento;

RESOLVE:

I – ADJUDICAR em favor das empresas: SEVEN EMPREENDIMENTOS LTDA – CNPJ Nº 04.419.051/0001-03, no valor global de R\$ 527.535,99 (quinhentos e vinte e sete mil quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e nove centavos).

II – HOMOLOGAR a decisão final da CPL, referente ao TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2022 - CPL/PMJ.

III – PUBLIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUÁ, em 12 de dezembro de 2022.
JOSÉ MARIA RODRIGUES DA ROCHA JUNIOR
Prefeito Municipal de Juruá / Contratante